

# Nas ruas, nos campos e nas páginas de jornais: os primeiros anos do futebol feminino no Brasil

In the streets, in the fields, and the pages of newspapers: the early years of women's football in Brazil

Diana Silva\*

**Resenha:** BONFIM, Aira F. **Futebol feminino no Brasil:** entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941). São Paulo, 2023. Edição da autora.

**Palavras-chave:** Futebol feminino; futebol amador; entretenimento; revistas ilustradas; proibição do futebol feminino.

**Keywords:** Women's soccer; amateur soccer; entertainment; illustrated magazines; prohibition of women's soccer.

**O**NDE ESTAVAM as mulheres na formação da história do futebol brasileiro? pergunta Aira Bonfim, autora do livro *Futebol feminino no Brasil: entre festas, circos e subúrbios, uma história social (1915-1941)*. A resposta, oferecida ao longo da obra, pode ser assim resumida: “em toda parte”. Presentes em ambientes domésticos, nas ruas e nas arquibancadas, as mulheres foram centrais na configuração do imaginário do futebol, oferecendo valores e sentidos dos quais se valeram as milhares de pessoas que adotaram o esporte como prática de lazer nas grandes cidades. Ao mesmo tempo, se colocaram em campos e clubes de futebol, assim como nas páginas de jornal e de revistas ilustradas que nelas circulavam. Ao longo da primeira metade do século XX, as mulheres acumularam funções na organização

\* Pesquisadora de Pós-doutorado CNPq junto à New School for Social Research, em Nova York. Atuou como Visiting Scholar na Universidade de British Columbia, Vancouver, e como Professora na Unifesp, onde coordenou o Observatório da Violência Racial no CAAF. Integra o Grupo de Direitos Humanos, Democracia e Memória do Instituto de Estudos Avançados da USP e o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Unifesp. É graduada, mestre e doutora em História pela USP, além de ter sido pesquisadora doutoranda convidada da EHESS de Paris (2017-2018) e bolsista da Biblioteca Nacional do Brasil em 2017. Coordenou o Centro de Referência do Futebol Brasileiro do Museu do Futebol-SP. É autora de *Futebol de várzea em São Paulo: a Associação Atlética Anhanguera, 1928-1940*, publicado pela Ed. Alameda, com apoio da Fapesp. E-mail: dmendesmachadodasilva@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9559-163X>.

e promoção do esporte, configurando-o como uma espécie de repositório de experiências individuais e coletivas que contribuíram para torná-lo um dos principais pilares da identidade nacional brasileira.

É nesse terreno que a pesquisa se movimenta, relacionando o processo de organização do mercado de entretenimento à formação de uma opinião pública e ao papel das diferenças de gênero para compreender como se deu a apropriação do futebol pelas mulheres. Mas não simplesmente para pensar na “contribuição” que ofereceram ao esporte, pois a série de obstáculos criados para dificultar ou impedir seu acesso ao mercado do futebol apenas confirma que elas desempenhavam um papel importante em relação ao seu desenvolvimento. Nesse sentido, parece pertinente perguntar: que outras razões, se não a disputa por protagonismo no campo esportivo, poderiam ter os representantes de uma cultura masculina (e patriarcal) para proibir a prática feminina com base em supostas categorias biológicas? Estas são apenas algumas das indagações suscitadas pela leitura do trabalho de Aira Bonfim, cujo diálogo com o campo da história social e com os estudos sobre os mundos do trabalho desperta interesse renovado e inspira novas pesquisas.

O trabalho também se destaca por relacionar, de forma criativa, os campos dos estudos de gênero, da história do esporte e da história social. Essa conexão pode ser entrevista no trabalho de seleção e de abordagem das fontes, que sustenta, inclusive, a série de indagações realizadas ao longo do texto sobre as balizas temporais, teóricas e metodológicas que delineiam uma certa história do futebol no Brasil. No diálogo com as obras de Margareth Rago (1995) e Joan Wallach Scott (1994), por exemplo, a autora nota que a história do futebol feminino só pode ser compreendida como parte das diversas disputas do presente. Tanto do presente recriado pela pesquisa quanto do presente em que recebemos a obra em questão.

Dividido nos capítulos “Festas”, “Circos” e “Subúrbios”, o livro apresenta um panorama sobre as formas pelas quais o futebol foi vivido por mulheres nos anos iniciais do século XX e destaca, ao final, o papel da lei federal de 1941 que proibiu a prática feminina. Além de uma acurada e bonita edição, a autora oferece seções dedicadas a avisos prévios, conclusões, perspectivas metodológicas e uma rica lista de referências bibliográficas.

No primeiro capítulo, ela se dedica a narrar como as mulheres dos segmentos sociais mais ricos experimentaram o futebol e como se organizaram para construir e ocupar as praças futebolísticas da então capital do Brasil. Com o apoio dos olhares construídos pela imprensa e expressos em fotografias, caricaturas e notícias em revistas ilustradas como *Careta* e *Vida Sportiva*, ela revela como o futebol foi sendo integrado ao cotidiano da cidade a partir de uma distribuição de papéis segundo a diferenciação de classe, grupo social e, principalmente, de gênero. Em relação a este último aspecto, a autora destaca que as chamadas “festas esportivas” ou “passeios domingueiros” figuraram como o principal meio para a “liberação” da prática do futebol entre as mulheres das camadas mais privilegiadas da sociedade carioca.

Tal como aconteceu em outras cidades do país, as festas e festivais, herdeiros de práticas socioculturais centenárias, foram as principais modalidades por meio das quais o futebol foi “recebido” e organizado no Brasil. Desde nossa pesquisa *Futebol de várzea em São Paulo* (2017), temos afirmado que o chamado futebol *association* foi a forma como a Inglaterra desenvolveu o esporte em um contexto sociocultural urbano, fabril e euroexpansionista. Mas, no Brasil do início do século XX, o esporte foi vivenciado em meio a uma sociabilidade semiurbana e baseada em laços associativos forjados em famílias, irmandades religiosas e sociedades de socorro mútuo. Nas festas e festivais que essas comunidades realizavam, atividades recreativas como gincanas e bailes de carnaval dividiam espaço com novidades esportivas como o futebol. Não é, pois, de se estranhar que também a prática do esporte pelas mulheres fosse primeiramente imaginada e organizada nesse ambiente.

Ao analisar o papel das festas esportivas na promoção do futebol de mulheres, a autora conseguiu também vislumbrar o papel da imprensa nessa configuração. Pois jornais e revistas como *Careta* e *Vida Sportiva*, no Rio de Janeiro, e *Gazeta*, em São Paulo, eram bastante seletivos em suas reportagens. Divulgavam e promoviam apenas algumas formas e alguns momentos em que o futebol era por elas experienciado. Muito embora as mulheres também tenham se associado a importantes clubes de futebol, realizando apresentações e competições em uma lógica mais esportiva, tal feito não parecia valorizado pela imprensa.

Nas menções a esses eventos, as mulheres eram reportadas de maneira pejorativa ou evasiva e, não raramente, o foco dos comentários da imprensa girava em torno do significado da exposição de seus corpos. Entretanto, eles se tornavam positivos quando a prática do futebol vinha associada a ações beneficentes, voltadas à comunidade.

A autora também destaca que os mesmos veículos de imprensa, tais como a revista *Sport Illustrado*, no Rio de Janeiro, não deixaram de registrar, sob o viés da novidade e da modernidade, os numerosos clubes de futebol feminino que surgiram em países como França e Inglaterra, disputando partidas e torneios que reuniam milhares de espectadores. Pode-se imaginar as comparações feitas por leitores nacionais ao lerem as notícias sobre o esporte praticado por mulheres no Brasil e em nações europeias. Mesmo com restrições, o futebol feminino parecia desfrutar de um controle menos rígido naqueles países.

O contraste entre a evolução da prática feminina no Brasil e na Europa oferece uma perspectiva valiosa e de longa duração sobre o tema. Mesmo antes da proibição da prática esportiva para mulheres no Brasil, em 1941, já se observavam diversas formas de controle sobre a vida esportiva feminina. Assim, em um contexto ambíguo, oscilando entre a promoção e a imposição de limites para o exercício da prática esportiva, sociedade e imprensa foram delineando os parâmetros considerados mais aceitáveis para a participação feminina no esporte. E isso não se restringia apenas às mulheres pertencentes às camadas privilegiadas da sociedade.

Em seu segundo capítulo, a autora direciona sua atenção para outros estratos e grupos sociais, ao descrever como o esporte praticado por mulheres foi vivenciado em meio a uma significativa modalidade de divertimento no início do século XX: o circo. A associação entre estes dois universos, que a princípio poderia parecer inusitada, torna-se evidente à medida que se compreende o papel do circo na definição dos espaços destinados à prática esportiva feminina.

Visto como uma manifestação artística de grande apelo popular, durante décadas o circo figurou como uma espécie de revista de variedades, apresentando ao público o novo, o espetacular ou o “exótico” ao mesmo tempo em que sugeria as sensações ou as emoções para lidar com eles: o encanto, o susto, o riso, o medo, o choro, a compaixão. Desse modo, ele estabelecia um repertório para avaliar e julgar certas práticas coletivamente vivenciadas sob as lonas circenses. Nesse ambiente, inúmeras partidas de futebol foram “encenadas”. E a história dessas representações nos é contada a partir da trajetória da companhia circense dos irmãos Queirolo, que atuou no Rio de Janeiro e em São Paulo entre os anos 1920 e 1930.

Além das fontes encontradas no Centro de Memória do Circo, o capítulo é construído com base nas fontes de imprensa, especialmente dos anúncios dos locais das apresentações circenses de “Football feminino”. Gradualmente, percebemos que o futebol de mulheres era apenas um entre vários espetáculos envolvendo o esporte. Dada a popularidade do esporte, os produtores circenses acabaram criando estratégias para envolvê-lo em seus espetáculos em São Paulo, no Rio de Janeiro e outras capitais. A partir de shows como o *cicloball*, promovido por palhaços, estabeleciam conexões entre entretenimentos como o futebol e o ciclismo. Com esse tipo de adaptação, o circo buscava manter uma programação ativa e interessante ao público, o que não apenas reafirma a importância do esporte nas cidades por onde o circo passava, mas indica que antigas práticas de diversão dele se valeram para “aquecer” os negócios.

No que tange ao futebol feminino, a autora destaca a receptividade com que o circo o acolheu ao criar espetáculos com partidas encenadas por atrizes. Estas vestiam-se com as camisas dos clubes mais populares da cidade para apresentarem-se em partidas seriadas, imitando torneios. Tudo para garantir a frequência de quem acompanhava a programação semanal.

Mas, mesmo nesse caso de especial menção ao futebol feminino, a autora não deixa de notar que, frequentemente, jornais e revistas adotavam um tom jocoso ou pejorativo em relação à prática. Ao comentarem sobre os atributos físicos das atrizes ou sobre suas habilidades no palco (ou em campo), articulistas, repórteres e fotógrafos não pareciam criticar o espetáculo circense, mas a própria prática esportiva das mulheres. Ora, ao se levar em conta que dirigentes de clubes esportivos eram frequentemente convidados a assistir as encenações futebolísticas no circo, pode-se imaginar o papel que as críticas exerciam em seus posicionamentos nas decisões clubísticas.

Ainda em seu segundo capítulo, a pesquisadora sugere que os veículos de imprensa também assumiram um papel ambíguo em relação à prática feminina. Por um lado, promoviam a atividade como mais um dos divertimentos modernos disponíveis às mulheres de segmentos médios e altos da sociedade. Por outro, valorizavam apenas aquelas atividades relacionadas a ações beneficentes ou eventos comunitários.

Sobre este ponto, não podemos deixar de tecer uma comparação, pois, no mesmo período, a modalidade masculina do futebol era relacionada a conteúdos como o desempenho, competência esportiva, meritocracia e desenvolvimento individual. Todos eles consonantes a um mercado esportivo que se organizava em torno da competição e de ganhos econômicos. Enquanto as mulheres eram conduzidas a associar a prática esportiva à caridade e aos valores tradicionais da vida familiar e comunitária que, por sua vez, eram (e ainda são) desprovidos de remuneração. Em outras palavras, ainda que estivessem sendo estimuladas a ocupar os espaços públicos, realizando atividades consideradas modernas, o mercado esportivo não oferecia às mulheres os mesmos incentivos ou oportunidades de inserção.

No último capítulo, intitulado “Subúrbios”, essas questões ganham ainda maior relevo. Ao tratar do futebol suburbano e da proibição federal para conter a prática feminina, deparamo-nos com algumas das significações públicas associadas ao futebol praticado por mulheres. Baseando-se em pesquisas realizadas sobre o futebol suburbano do Rio de Janeiro (MELO, 2001; PEREIRA, 2000), a autora nos ajuda a confirmar a hipótese de que a apropriação popular do esporte não foi tão tardia quanto propõem algumas narrativas, especialmente aquelas que sugerem uma gradativa popularização do futebol a partir do chamado processo de profissionalização.

Ela afirma, ainda, que a prática do futebol por mulheres em subúrbios como Cascadura, Piedade ou Engenho Novo (RJ) ocorreu em paralelo à expansão da modalidade masculina nos mesmos locais, uma vez que times femininos e masculinos compartilharam campos, distintivos e identidades clubísticas. Além disso, destaca, uma vez mais, a presença feminina nas páginas dos jornais, nas quais as personagens se *davam a ver* sob a ótica esportiva como indivíduos e agentes, como veremos a seguir.

Mas, se nessas páginas houve certa valorização da presença feminina no esporte, elas também respondem pela ampla pressão que a modalidade passou a sofrer no ano de 1940, especialmente após evento de grande vulto em São Paulo que, para celebrar a inauguração das torres de iluminação no estádio do Pacaembu, contou com uma partida de futebol entre duas equipes femininas e suburbanas.

É nesse momento que a obra revela uma das poucas vozes femininas individualmente identificadas pela pesquisa. Trata-se da jogadora, dirigente e, por que não, articulista Adyragram Pereira. Adyragram foi convidada pelo *Jornal dos Sports* a se manifestar em relação às palavras (de tom eugenista) proferidas por José Fuzeira. Em carta ao presidente Getúlio Vargas, o distinto senhor criticava o futebol feminino e sugeria a sua proibição. Ao

que Adyragram respondeu com um comentário contundente: “há homens cujas ocupações lhe dão tempo até para tratarem de assuntos femininos. Mas, todas as vezes que o fazem, procuram celebrar-se, dando o nome, residência e até o telefone (p. 237).”

A resposta da jogadora é longa e brilhante, mas o trecho em destaque é suficiente para evidenciar sua relevância. Primeiramente indica o lugar assumido por Adyragram: ela se posiciona política e publicamente de maneira contrária a um cidadão que, preocupado com a defesa da “família”, envia carta ao chefe de estado. A resposta também revela sua percepção sobre a razão pela qual aquele senhor teria enviado a carta: adentrar um domínio, um mercado ao qual não estava vinculado, expressar uma opinião desfavorável para, em seguida, “oferecer o cartão para contatos futuros”.

Ora, devemos destacar a percepção de que a crítica eugenista à prática do futebol por mulheres estava mais ligada à autopromoção e ao desejo de manter, apenas entre homens, o controle do mercado esportivo. Adyragram oferece, portanto, uma via de compreensão para os esforços conduzidos para controlar a prática feminina. Basta imaginar que Fuzeira representava ao menos três décadas de descontentamento em relação às experiências femininas e aos seus potenciais sentidos emancipatórios. Ao reunir todo esse descontentamento sob o signo da proteção à maternidade e à família, sua manifestação acabou ganhando considerável amplitude.

É em meio a esse contexto que se pode situar a sugestão da autora acerca do impacto da carta de Fuzeira na disposição estatal de gerar o Decreto-Lei n.º 3.199, de 1941, que proibiu a prática feminina do futebol e de outros esportes. Nesse sentido, o episódio da proibição figura como uma espécie de baliza para a periodização da pesquisa e, em certa medida, para a própria prática do futebol pelas mulheres na primeira metade do século XX. E suscita o interesse por pesquisas que possam identificar as possíveis transgressões à proibição para responder a questões como: quem foram as mulheres que, confrontadas com a ilegitimidade daquela lei, continuaram a buscar, no futebol, os sentidos emancipatórios que ele proporcionava? Quais foram suas experiências, como, onde e quando jogaram?

Por último, é relevante acrescentar que a presente obra nos auxilia a trilhar esse caminho ao propor uma abordagem que dialoga com os preceitos da história social, dos mundos do trabalho e dos estudos culturais ao identificar uma experiência contra-hegemônica que problematiza as narrativas dominantes. Adyragram emerge como uma entre as inúmeras personagens dessa narrativa dedicada a evidenciar as táticas utilizadas pelas mulheres para criar espaços sociais, esportivos e de trabalho onde pudessem performar liberdade e autonomia. Ela personifica a resistência e o empoderamento cotidiano que caracterizam a história das mulheres e amplia nosso entendimento sobre as possíveis interseções entre esporte, gênero e poder na construção e reconstrução de uma história social.

Recebido: 01/05/2024

Aprovado: 03/06/2024